

2012

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS **2012**

emip

ABREVIATURAS:

OMIP

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A

OMIClear

OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A.

OMIE

OMI – Polo Español, S.A.

OMIP SGPS

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.

OMEL

Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A.

2012

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS **2012**

The logo for OMIP, featuring the lowercase letters 'omip' in a bold, white, sans-serif font. The 'o' and 'm' are connected, and the 'i' has a dot. The logo is positioned on a solid green background.

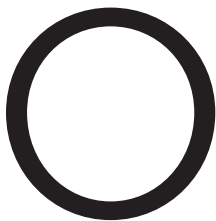
OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.
Av. Casal Ribeiro, n.º 14 – 8.º // 1000-092 Lisboa – Portugal
www.omip.eu // omip@omip.pt
Tel: +351 21 000 6000 // Fax: +351 21 000 6001

ÍNDICE

01	Mensagem da Presidência	06
02	Exercício de 2012	08
	2.1 Enquadramento	
	2.2 Organização	
	2.3 OMI	
03	Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL	12
04	Sistemas de Informação	22
05	Outras Actividades	24
	5.1 Desenvolvimento do projecto de Interruptibilidade em Portugal	
	5.2 Desenvolvimento do projecto GPMC	
06	Perspectivas para 2013	26
07	Proposta de aplicação de resultados	28
08	Accionistas, Órgãos Sociais, Comité de Ética e Participada	30
	8.1 Accionistas	
	8.2 Órgãos Sociais (Triénio 2012 – 2014)	
	8.3 Comité de Ética	
	8.4 Participada	
09	Demonstrações financeiras e anexos a 31 de Dezembro de 2012	32

01

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA



ano de 2012 ficou indelevelmente marcado pela crise económica e financeira que assolou a Europa, com particular incidência na Península Ibérica.

Nesse adverso contexto, o feito conseguido por uma empresa como o OMIP, que tem sede em Portugal e desenvolve grande parte das suas actividades em Espanha, assume uma dimensão que não deve ficar incólume.

Permitam-nos realçar o volume transaccionado em bolsa, que ascendeu a 38 TWh, representando um crescimento de 11% face a 2011, em especial quando o consumo de electricidade na Península Ibérica voltou a registar números decrescentes (301 TWh, menos 1,32% que no ano anterior).

Durante 2012 foram igualmente batidos diversos máximos de negociação, dos quais permitimo-nos evidenciar o volume máximo diário de 702 GWh, registado na sessão de negociação de 12 de Julho.

Este desempenho extremamente positivo, traduziu-se num resultado líquido do exercício de cerca de 800 mil euros, bastante acima do que estava previsto.

Por outro lado, e não menos importante, pode dizer-se que o ano de 2012 viu surgir a constituição do que consideramos ser o Grupo OMI, do qual o OMIP, a par do OMIE, assume um papel fundamental. O triunfo alcançado em 2012, no já referido contexto económico e financeiro adverso, permite aguardar e encarar o futuro com consideráveis expectativas.

O ano de 2013 mostra-se ainda mais desafiador, porquanto tendo que adaptar-se às novas regulamentações cada vez mais exigentes, surgem importantes desafios de carácter estratégico.

Em termos de desenvolvimento do negócio procurar-se-á facilitar a adesão ao mercado, a entidades que até ao momento, viam o acesso dificultado devido à sua dimensão, bem como, adaptar as respectivas condições de acesso e actuação, num contexto de crescente concorrência.

Estas acções aumentarão a visibilidade do OMIP e reforçarão o seu papel como plataforma de negociação a prazo, onde os preços de referência da electricidade na Península Ibérica, são fixados pelos agentes de mercado, que, por sua vez, os utilizam nas suas próprias actividades de retalho.

Lisboa, 20 de Março de 2013

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Jesus Mejía Gómez
Vice-presidente do Conselho de Administração

02

EXERCÍCIO DE 2012

2.1 Enquadramento

O Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República de Portugal e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora do mercado a prazo, em paralelo com o OMIE, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diário e intra-diário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em Junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, formada em Abril de 2004, a qual desempenha as funções de Câmara de Compensação com assunção de Contraparte Central e de Sistema de Liquidação das operações realizadas no Mercado.

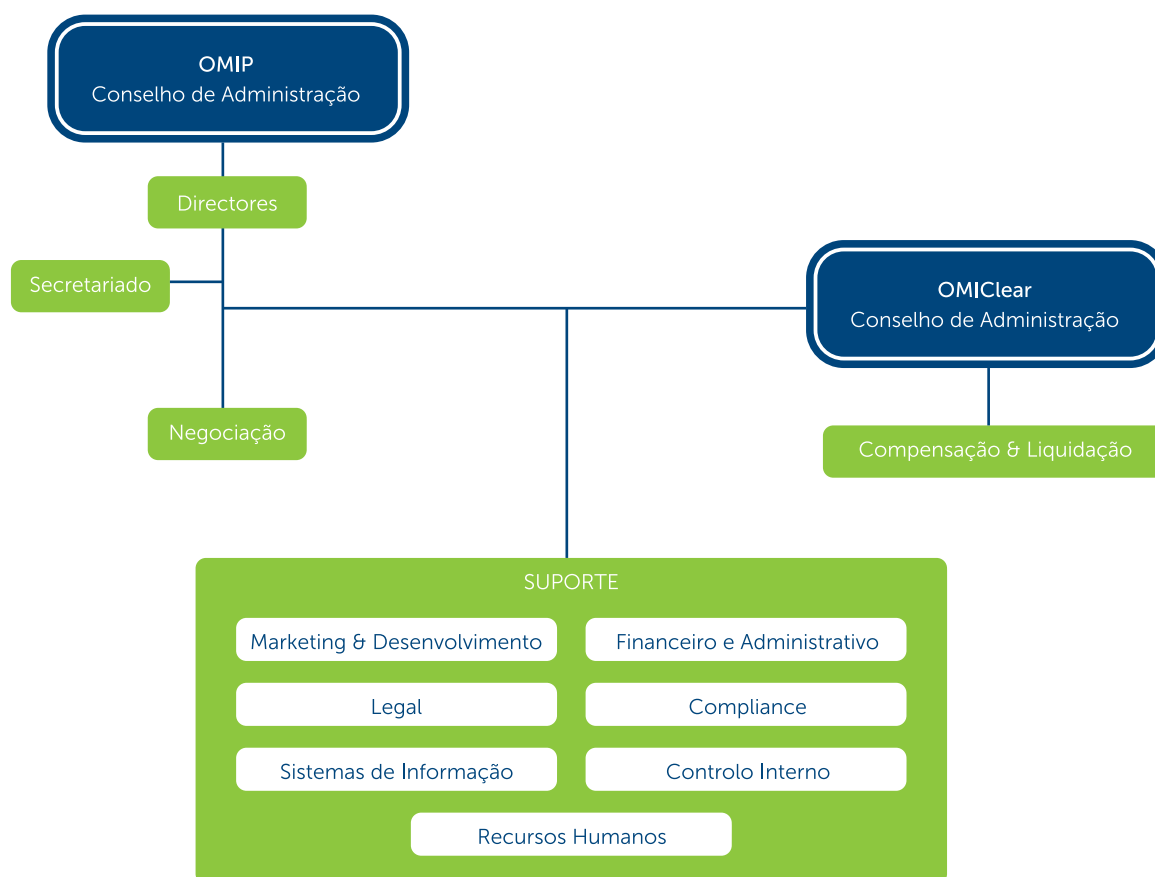
O OMIP e a sua participada, actuam ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecidos, respectivamente, como entidade gestora de mercado regulamentado e como entidade gestora de câmara de compensação com assunção de contraparte central e de sistema de liquidação, registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Nos termos do Acordo Internacional de Santiago, a supervisão do MIBEL está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores do sector financeiro (CMVM e Comisión Nacional del Mercado de Valores) e do sector energético (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Comisión Nacional de Energía) de ambos os países.

2.2 Organização

A estrutura organizativa do OMIP encontra-se plenamente integrada com a da OMIClear, de acordo com a Figura 1.

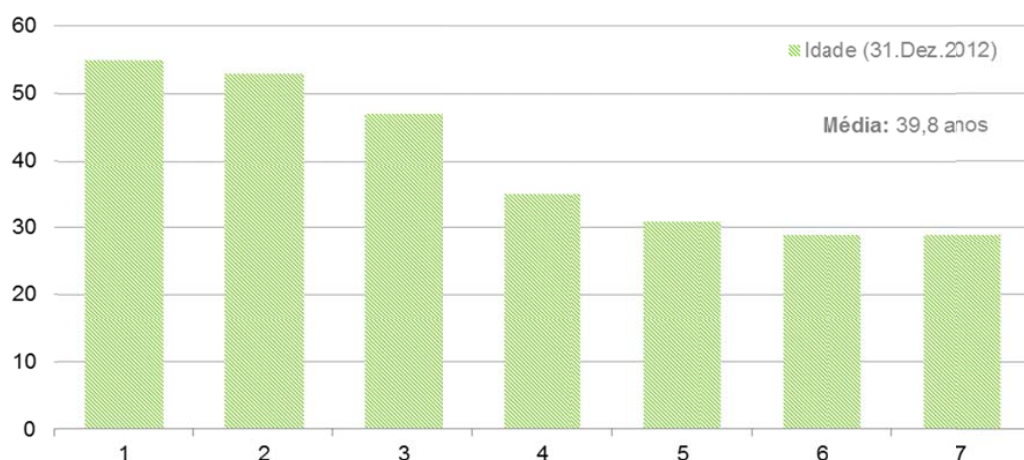
Figura 01 | Unidades organizativas OMIP/OMIClear



Considerando o Departamento de Negociação como a área central da actividade operacional da empresa, todas as áreas de suporte, prestam os seus serviços em comum com a OMIClear, independentemente de o contrato de trabalho de cada colaborador se encontrar efectivado com esta sociedade participada ou com o OMIP.

Em termos de recursos humanos, com vínculo jurídico laboral ao OMIP, a 31 de Dezembro de 2012, a sociedade contava com sete colaboradores (dois do sexo feminino e cinco do sexo masculino), com uma idade média de 40 anos (ver Figura 2). A este número acrescem o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, enquanto membros que exercem funções executivas.

Figura 02 | Média de idades a 31.12.2012



2.3 OMI

Em 2011 deu-se efectiva concretização à estrutura societária do OMI – Operador do Mercado Ibérico, conforme previsto no artigo 4.º do Acordo Internacional de Santiago, na redacção que lhe foi dada pelo Acordo de Braga que o reviu; o qual passou a prever que o OMI “*será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respectivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10 % e que ambas as sociedades deterão 50 % de cada uma das sociedades gestoras dos mercados...*”. Na Figura 3 ilustra-se o modelo acordado.

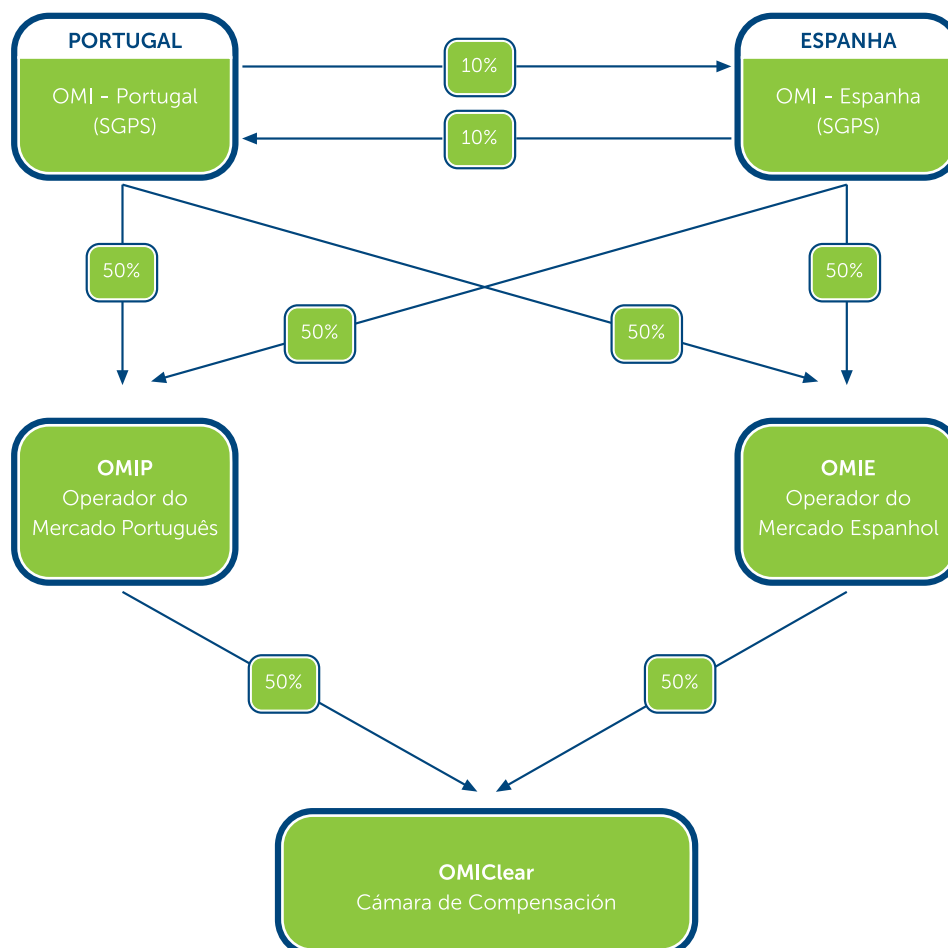
Nesse contexto, em 18 de Outubro de 2011, as sociedades holding OMIP SGPS e OMEL, passaram a deter em partes iguais o capital de cada uma das sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE.

Além disso, implementou-se o modelo de governo societário igualmente previsto, constituído por um Conselho de Administração de composição comum às duas sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE, que no caso do OMIP foi eleito em 3 de Novembro de 2011 para concluir o mandato em curso 2009-2011 e logo reeleito para o triénio 2012-2014.

Durante o exercício de 2012, não foi concretizada a venda de 50% da OMIClear ao OMIE, como também gizado pelo Acordo Internacional de Santiago, uma vez que a publicação e entrada em vigor do Regulamento (EU) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de Julho, relativo aos derivados de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções (EMIR), acarreta a observância de um conjunto de requisitos que acabaram por impactar com a programação desta operação de alienação.

Para 2013 os principais objectivos e desafios passam pelo aprofundamento da integração com o OMIE, vertente que ficou aquém do projectado para 2012, no sentido de se captarem sinergias para os negócios desenvolvidos e, também, pela conclusão do mencionado processo de venda de 50% das acções representativas do capital social da OMIClear àquela sociedade.

Figura 03 | Organograma do OMI



A par dos aspectos relacionados com o rearranjo institucional, o ano de 2012 representou o sexto ano completo de actividade no desempenho das funções cometidas ao pólo português do Operador do Mercado Ibérico de Electricidade.

03

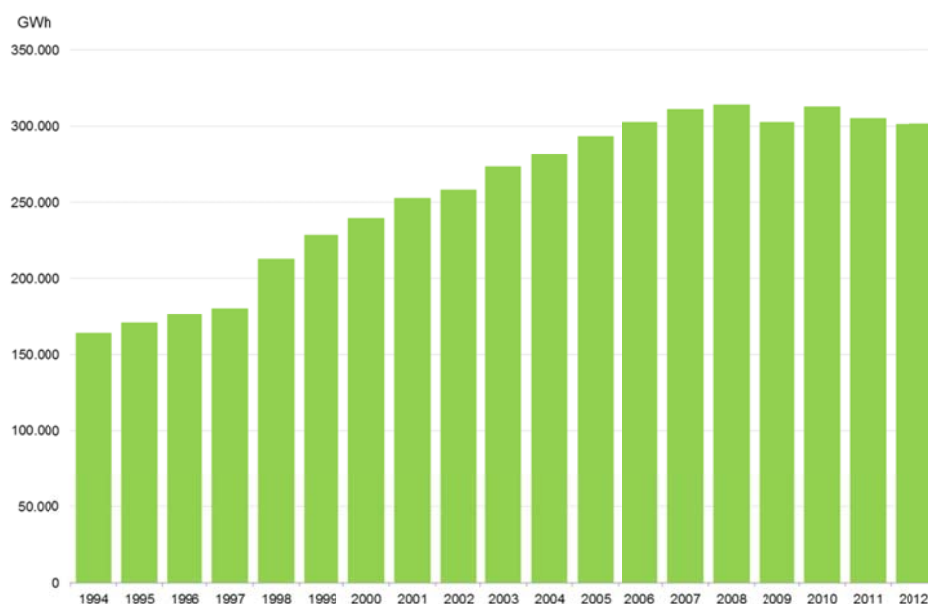
EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DERIVADOS DO MIBEL

Num ano marcado pelo agudizar da crise na Europa e, em particular, na Península Ibérica, com a consequente deterioração das condições económicas, o OMIP continuou-se a afirmar, no seu papel de bolsa dos derivados ibéricos de energia.

O desenvolvimento do negócio, traduzido em permanentes esforços e acções de melhoria do nível da operação e serviço prestado aos participantes no Mercado, muito contribuíram, em especial num ambiente cada vez mais concorrencial, para o sucesso e resultados alcançados.

Como demonstram os valores apresentados no Quadro 1, a actividade do OMIP conheceu um desenvolvimento positivo no decurso de 2012. Em volume negociado em contínuo, foram alcançados 38 TWh, 11,8% acima dos 34 TWh assinalados em 2011. A mesma tendência apresentou a rubrica relativa ao valor nocional transaccionado, cerca de 11,3% superior ao verificado em 2011. Estes números mais uma vez demonstram a posição do OMIP como entidade de referência neste mercado e contrastam com a evolução do consumo de electricidade na Península Ibérica que, em 2012, continuou a diminuir, 1,32 %, face ao ano transacto, conforme demonstra a Figura 4, alcançando um total a nível dos valores verificados em 2009 e 2006.

Figura 04 | Consumo de Electricidade na Península Ibérica



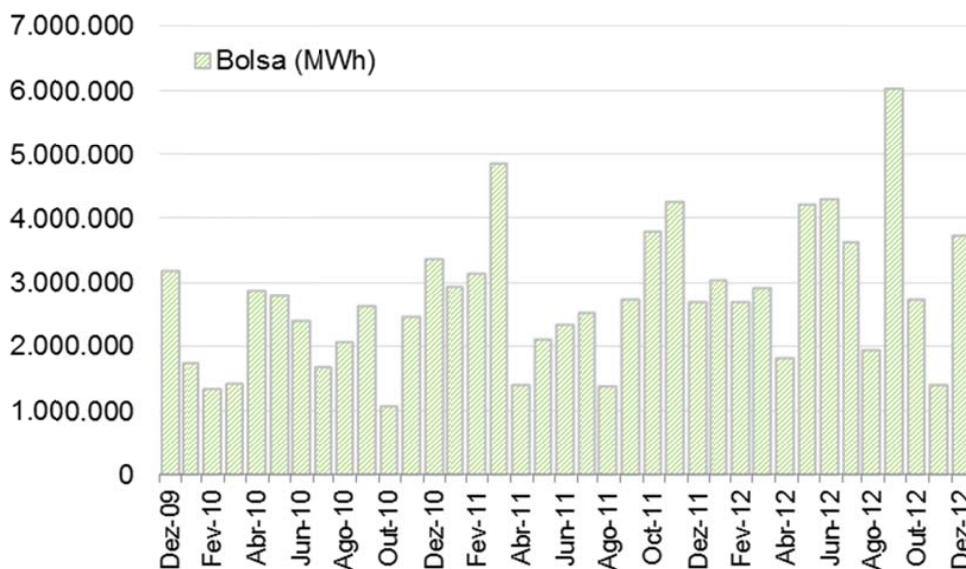
Quadro 01 | Principais indicadores de actividade

	2012	2011
Volume transaccionado (TWh)	38	34
Valor nocional negociado (M€)	2013	1808
Número de participantes	39	38

Em relação ao número de participantes e como se demonstra em detalhe mais à frente, em 2012, o mercado conheceu um novo membro negociador.

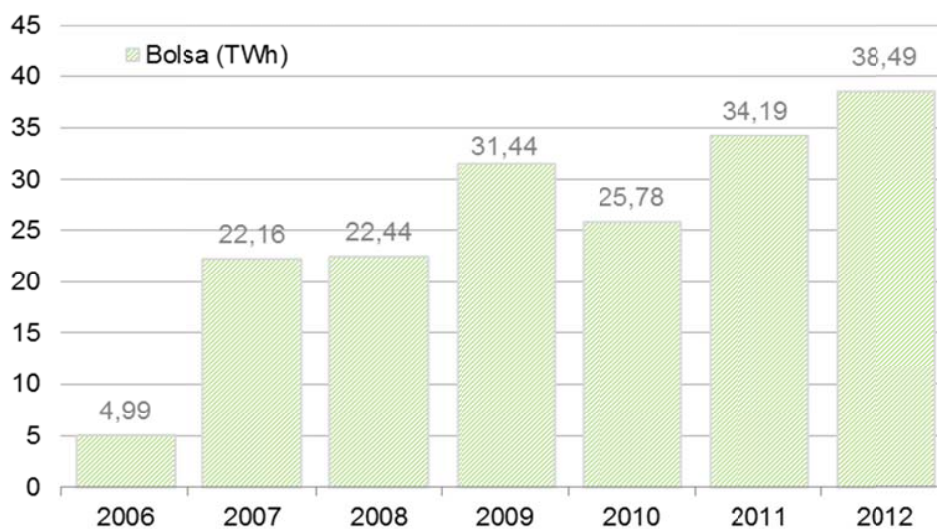
No que respeita aos volumes negociados, o gráfico da Figura 05, mostra claramente que três meses, Maio, Junho e Setembro, se evidenciaram em 2012, tendo superado a fasquia dos 4 TWh. Em primeiro lugar, Setembro, no qual se alcançou o máximo mensal de 6,05 TWh, seguido por Junho com 4,31 TWh e por Maio com 4,22 TWh. No conjunto, estes três meses representaram cerca de 38% do volume total negociado em 2012. De referir ainda que em termos médios, foram negociados mensalmente cerca de 3,21 TWh, face aos 2,85 TWh de 2011.

Figura 05 | Volume de energia negociada em mercado (MWh)



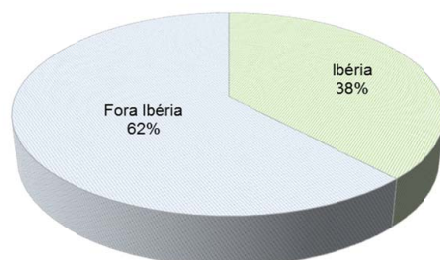
Analisando os volumes negociados numa base anual, tal como demonstrado no gráfico seguinte, a tendência de subida em 2012, embora menor do que a verificada de 2010 para 2011, continua ainda a ser notória, em cerca de 11,8% face ao ano anterior.

Figura 06 | Volume anual negociado em mercado (MWh)



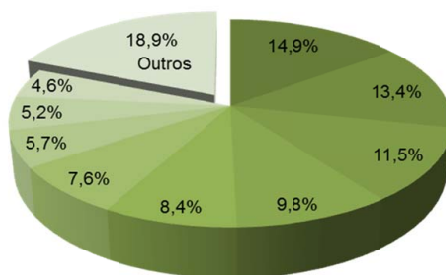
Na Figura 7 observa-se que 62% (52% em 2011) do volume total foi negociado por entidades domiciliadas fora da Península Ibérica.

Figura 07 | **Quotas de Mercado por localização do Membro Negociador**



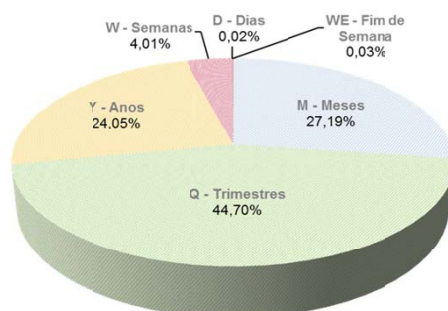
No que respeita à distribuição de quotas de mercado entre o total de membros negociadores em 2012 (ver Figura 08), o volume foi bastante repartido, sendo que os três principais participantes representaram 39,8 % do total negociado. Registe-se que, esta percentagem continua a diminuir ano após ano, evidenciando um Mercado cada vez mais maduro e com maior concorrência.

Figura 08 | **Quotas de Mercado por Membro Negociador**



Relativamente aos contratos listados para negociação, e em termos de energia equivalente, os Trimestrais foram os mais negociados com 44,70% do total do portfólio disponível no OMIP, como demonstra a Figura 09, seguido pelos Mensais e pelos Anuais. Os instrumentos de curta maturidade, como não poderia deixar de ser, representam em termos de energia equivalente uma percentagem reduzida, embora em termos de liquidez e profundidade, seja de assinalar uma interessante actividade nos contractos Semanais.

Figura 09 | **Peso por volume negociado por tipo de Contrato em 2012**



No Quadro 2, apresenta-se a lista de Participantes no OMIP, a 31 de Dezembro de 2012, com a indicação dos Membros Negociadores por conta própria (CP), Membros Negociadores por conta de terceiros (CT) e Intermediários de Operações Bilaterais (IOB).

Quadro 02 | Participantes do Mercado de Derivados do MIBEL

Entidade	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Acciona Green Energy Developments, S.L.			
Alpiq Energía España, S.A.U.			
Alpiq Swisstrade Ltd.			
AXPO Iberia, S.L.			
Banco Santander, S.A.			
CIMD - Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S. V., S.A.			
Citigroup Global Markets Ltd.			
Danske Commodities, A/S			
Deutsche Bank AG London Branch			
E.ON Comercializadora de Último Recurso, S.L.			
E.ON Energy Trading, S.E.			
E.ON Generación, S.L.			
EDF Trading Markers Limited			
EDP - Energias de Portugal, S.A.			
EDP - Serviço Universal, S.A.			
Electrabel N.V. / S.A.			
Endesa Energía XXI, S.L.			
Endesa Generación, S.A.			
Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.			
Factor Energía, S.A.			
Fortia Energía, S.L.			
Galp Power, S.A.			
Gás Natural SDG, S.A.			
Gás Natural SUR SDG, S.A.			
GDF Suez Trading, S.A.S.			
Goldman Sachs International			
HC Naturgas Comercializadora de Último Recurso, S.A.			
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.			
Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.			
Iberdrola Generación, S.A.U.			
ICAP Energy, AS			
JP Morgan Securities, Ltd			
Merrill Lynch Commodities (Europe) Limited			
Morgan Stanley & Co. International plc.			
Nexus Energía, S.A.			
Shell Energy Europe Ltd.			
Total Gas & Power Ltd.			
Tradition Financial Services Ltd.			
TSF Derivatives Ltd.			
Tullett Prebon (Europe) Limited			
Tullett Prebon (Securities) Limited			

A distribuição geográfica dos membros, na Figura 10, mostra claramente dois pólos mais representativos. Um na Península Ibérica em que sobressaem entidades com activos e interesses na produção e comercialização de energia eléctrica e outro no Reino Unido em que se destacam maioritariamente empresas de natureza financeira.

Figura 10 | Origem dos Participantes (Dez. 2012)



O Mercado de Derivados do MIBEL apresentava a 31 de Dezembro de 2012, 35 entidades na modalidade de Membro Negociador por Conta Própria, sete entidades na modalidade de Conta de Terceiros e quatro entidades a actuar como Intermediário de Operações Bilaterais (IOB).

Quadro 03 | Participantes no final de 2012

Origem	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Espanha	18	2	1
Portugal	3	0	0
Reino Unido	8	3	2
Alemanha	2	1	0
Noruega	0	1	1
Suíça	1	0	0
Bélgica	1	0	0
Dinamarca	1	0	0
França	1	0	0
Total	35	7	4
Ibéricos	21	2	1
Não Ibéricos	14	5	3

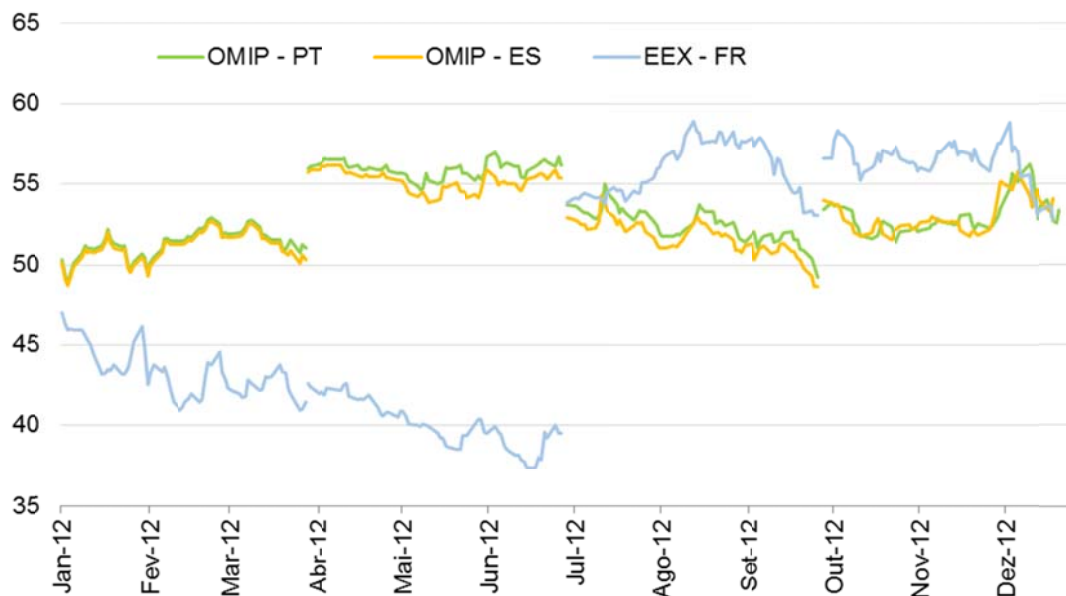
Relativamente à categoria de Membro Negociador por Conta Própria, houve uma predominância de membros ibéricos, ao passo que na modalidade de Membro Negociador por Conta de Terceiros e IOB, os membros fora da Península Ibérica continuam a ser a maioria.

O número total de participantes em 2012 manteve-se em linha com o verificado no ano anterior, assinalando-se a admissão da TFS Derivatives Ltd como Membro Negociador por Conta de Terceiros.

Em termos de preços, como se observa na Figura 11, relativamente aos primeiros contratos trimestrais das duas zonas do MIBEL a cada momento listados para negociação, salta à vista a sazonalidade que caracteriza a Península Ibérica, a qual é exponenciada pelo confronto com o mercado francês, muito mais sensível a aspectos relacionados com o consumo e as tecnologias disponíveis no respectivo parque produtor.

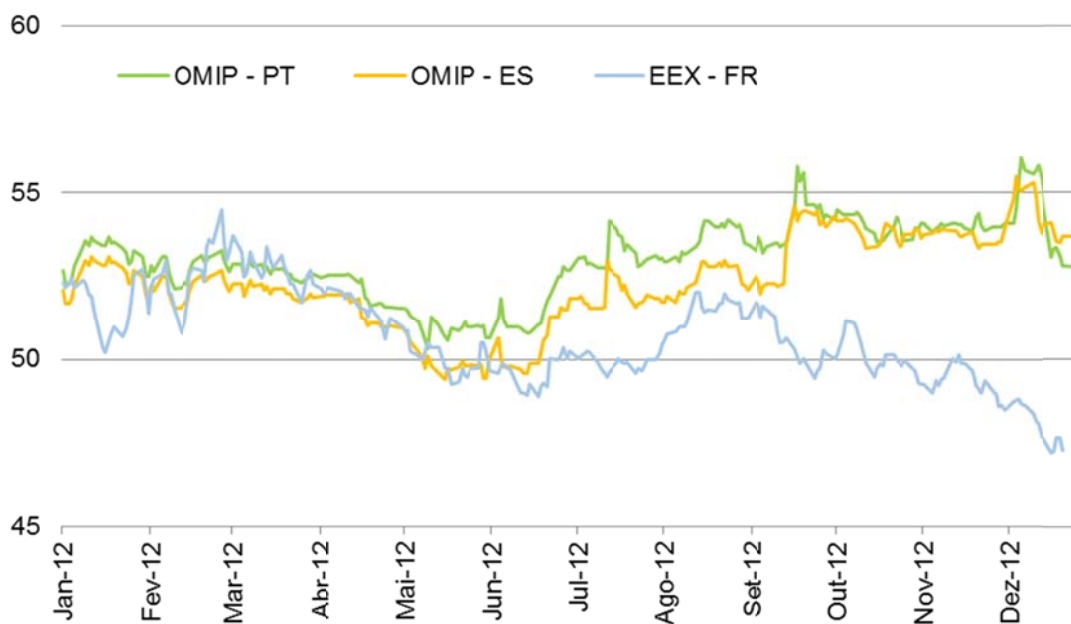
Ao longo de 2012, os contratos trimestrais atingiram o seu valor máximo em Espanha com o preço de 56,20 EUR/MWh em 4 e 11 de Abril e, em Portugal de 56,99 EUR/MWh, em 4 de Junho.

Figura 11 | Evolução do preço do primeiro contrato trimestral em Negociação (EUR/MWh)



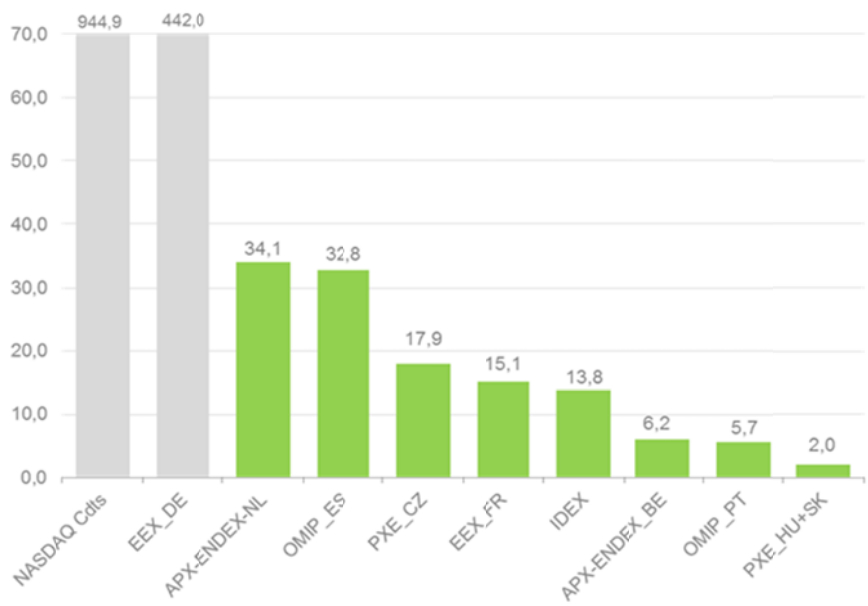
Nos contratos anuais (*cfr.* Figura 12), depois de apreciáveis tendências de descida durante o segundo trimestre, observou-se uma escalada no segundo semestre, que atingiu máximos de 55,50 EUR/MWh em 4 de Dezembro na zona espanhola e de 56,03 EUR/MWh em 6 de Dezembro na zona portuguesa, o que acentuou a diferença de preços face ao mercado francês.

Figura 12 | Evolução do preço do primeiro contrato anual em Negociação (EUR/MWh)



Como demonstrado na Figura 13, referente à comparação por Bolsa e mercado, para o qual existe operador de mercado com contratos de derivados de electricidade listados, o OMIP, para a zona Espanhola do MIBEL, ocupa a quarta posição em termos de liquidez com 32,79 TWh. Com destaque, encontram-se as bolsas Nasdaq OMX Commodities (mercado escandinavo) e EEX (mercados Alemão e Francês), pioneiras do negócio na Europa e cujo estado de maturidade é, bastante mais avançado.

Figura 13 | Comparação entre Bolsas Europeias em Volume Negociado em Contínuo (TWh)



O Quadro 4 resume alguns dos acontecimentos mais importantes que marcaram o ano de 2012 no OMIP, com destaque para a admissão dos novos membros e os records de negociação alcançados.

Quadro 04 | **Resumo de 2012**

02 Janeiro Os membros negociadores AXPO Energía Iberia, Citigroup Global Market Limited, Deutsche Bank e Nexus Energía, são anunciados como criadores de mercado (*market makers*) para desenvolver actividade durante todo o ano de 2012 em vários contratos.

24 Fevereiro Realização, em Londres, da XVII reunião do Comité de Negociação e Produtos.

08 Março O OMIP alcança novo record diário de negociação em contínuo com o total de 647.5 GWh negociados.

22 Março Realização do segundo Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 655.200 MWh. O preço de fecho foi de 51,30 EUR/MWh para o contrato Segundo Trimestre 2012.

18 Abril Os accionistas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram alterar a denominação social da sociedade de OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), Sociedade Gestora de Mercado Regulamentado, S.A. para OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A..

10 Maio A JP Morgan Securities Ltd torna-se *Market Maker* no OMIP para os dois primeiros contratos semana a cada momento listados para negociação.

30 Maio Teve lugar em Madrid, a XVIII reunião do Comité de Negociação e Produtos.

14 Junho Realização do terceiro Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 742.304 MWh. O preço de fecho foi de 55,40 EUR/MWh para o contrato Terceiro Trimestre 2012.

12 Julho O OMIP alcança novo máximo diário de negociação em contínuo numa sessão com o total de 702.5 GWh negociados.

24 Agosto Alteração do último dia de negociação dos contratos mensais, trimestrais e anuais com entrega financeira, passando os participantes a dispor de até mais duas sessões de negociação.

04 Setembro O OMIP lista o contrato Ano 2015, passando a oferecer para negociação os três anos seguintes.

14 Setembro Realização, no Algarve, da XIX reunião do Comité de Negociação e Produtos.

20 Setembro Realização do quarto Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 2.518.950 MWh. Os preços de fecho foram de 51,00 EUR/MWh para o contrato Quarto Trimestre 2012, de 54,05 EUR/MWh para o contrato Primeiro Trimestre 2013 e de 54,64 EUR/MWh para o contrato Ano 2013.

13 Dezembro Realização do quinto Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 1.744.60 MWh. Os preços de fecho foram de 52,90 EUR/MWh para o contrato Primeiro Trimestre 2013, de 50,55 EUR/MWh para o contrato Segundo Trimestre 2013 de 53,05 EUR/MWh para o contrato Ano 2013.

20 Dezembro Admissão da TFS Derivatives Ltd como Membro Negociador por Conta de Terceiros.

04

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Durante 2012, a actividade da área de sistemas de informação centrou-se em duas componentes fundamentais: (i) na gestão dos contratos com fornecedores externos, relacionados com aplicações e o *hosting* dos sistemas e infra-estrutura de suporte das actividades da empresa e (ii) no desenho, especificação e implantação de novas soluções e funcionalidades e melhorias das aplicações utilizadas.

No primeiro caso inclui-se a gestão comercial e técnica (novas versões, gestão de incidentes, etc.) de sistemas e serviços relacionados com a operação do mercado e outras actividades prestadas pelo OMIP, como: (i) o *hosting* da plataforma de negociação; (ii) o sistema de negociação (*Trayport*); (iii) a aplicação de leilões de relógio OMIPlus-A, de suporte à realização de leilões da Produção em Regime especial; (iv) a Plataforma e_Switch, de suporte à actividade do GPMC (Gestão do Processo de Mudança de Comercializador); bem como de sistemas e serviços implicados na gestão da empresa, como: (v) o sistema de gestão documental (Filedoc); (vi) o sistema de contabilidade e facturação (Primavera) e (vii) os vários fornecedores de serviços de comunicações.

No que respeita aos novos desenvolvimentos, salientam-se as seguintes funcionalidades mais relevantes:

- » **Desenvolvimentos internos:**
 - > Aplicação de monitorização do desempenho dos criadores de mercado;
 - > Portal de extracção de relatórios a partir do sistema de negociação.
- » **Especificação e implantação de novas funcionalidades com recurso a fornecedores externos:**
 - > Nova aplicação de leilões de modelo híbrido (fase aberta de tipo inglês seguida de ronda final de "envelope fechado") para suporte do leilão de aquisição de Cushion Gas gás pela Transgas Armazenagem, S.A.;
 - > Melhoramentos e novas funcionalidades na plataforma e_Switch, nomeadamente a automação de processos, a melhoria das funcionalidades de consulta dos agentes, o desenvolvimento de novos relatórios e o automático envio de alertas para algumas ocorrências e, também, a concretização, com êxito, da migração para uma nova plataforma de Hardware/Software, nas instalações da REN Gasodutos, S.A. desenhada para poder tratar o incremento de pedidos de mudança de comercializador que se prevê vir a ocorrer com a liberalização do mercado de retalho do gás natural em Portugal.

Finalmente salienta-se o início do processo de implantação de uma solução de recuperação em caso de desastre (Disaster Recovery) das aplicações mais críticas para a actividade do OMIP, nomeadamente o sistema de negociação e as aplicações de gestão documental e de contabilidade.

Assim, foi feita a especificação dos requisitos técnicos da solução e pedidas propostas a vários fornecedores, tendo-se procedido à respectiva adjudicação e iniciados os trabalhos em Novembro de 2012.

Estas modificações foram feitas num contexto de preocupação permanente em, por um lado, aumentar a eficiência empresarial e, por outro, aperfeiçoar a robustez dos sistemas, visando a melhoria da qualidade de serviço aos participantes no mercado.

05

OUTRAS ACTIVIDADES

5.1 Desenvolvimento do projecto de Interruptibilidade em Portugal

Durante 2012, o OMIP prosseguiu com as suas actividades de prestação de serviços à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. no âmbito do Serviço de Interruptibilidade, que se encontra regulado pela Portaria n.º 592/2010, de 29 de Julho. Desde o arranque do Serviço de Interruptibilidade em 2010, prestado pelos consumidores de electricidade ao operador de sistema, o OMIP assegura todo o tipo de apoio às instalações consumidoras, que pretendem aderir ao serviço, ou renovar os contratos celebrados no primeiro ano interruptível. Em 2012, foi realizado pelo OMIP todo o serviço de facturação mensal aos clientes interruptíveis, assim como a gestão do processo de renovação e adesão das instalações consumidoras ao Serviço de Interruptibilidade para o ano 2013. O envolvimento activo e essencial do OMIP neste projecto desde o seu arranque, foi demonstrativo das suas sólidas competências.

5.2 Desenvolvimento do projecto GPMC

Em 2012, continuou-se a assegurar a gestão operacional do e_Switch, a plataforma informática desenvolvida pelo OMIP para suportar de forma célere, transparente e segura os processos de mudança de comercializador no mercado do gás em Portugal, em resultado do acordo celebrado com a REN - Gasodutos, S.A., entidade designada pela ERSE como responsável pela organização do procedimento de facilitação de mudança de comercializador no sector do gás natural. Durante o último ano foram introduzidas, essencialmente, melhorias a este serviço, principalmente ao nível da automatização, controlo e monitorização de informação por parte do Gestor de Processo de Mudança de Comercializador (GPMC): automatização da evolução de passos para os principais fluxos, possibilidade de correcção de dados de pedidos directamente no Portal, melhoria e inclusão de novos filtros no menu Consulta de Pedidos (disponível para todos os agentes), novos relatórios estatísticos para controlo e monitorização de informação, envio automático de alertas de pedidos expirados e melhoria na pesquisa de informação para tratamento de pedidos pendentes no Portal.

06

PERSPECTIVAS PARA 2013

O ano de 2013 volta a ser de grandes desafios para o OMIP.

No plano institucional porque urge aprofundar o funcionamento do OMIP integrado no contexto OMI, de modo a possibilitar um conjunto de vantagens comparativas em relação aos seus concorrentes e permitir manter o crescimento do volume negociado, o que aliás tem acontecido, consecutivamente, desde a sua criação em 2006.

Relativamente ao desenvolvimento do negócio, espera-se:

- » O crescimento dos volumes negociados e do número de participantes no Mercado, atento o interesse que este vem despertando, em particular, em entidades gestoras de fundos de investimento e em intermediários financeiros,
- » Que a continuação do actual ciclo de crise económica e financeira continue a abrir oportunidades de negócio ao OMIP, em especial, o aumento da procura de soluções de cobertura de risco, potenciando o negócio da sua participada OMIClear como a principal referência e recurso no que concerne à compensação das operações realizadas fora de bolsa, de molde a eliminar os riscos de contraparte e de crédito;
- » Finalizar a venda de 50% da OMIClear ao OMIE, conforme previsto no Acordo Internacional de Santiago na redacção que lhe foi dada pelo Acordo Internacional de Braga que o reviu;
- » Que a sociedade participada OMIClear cumpra com os requisitos previstos no Regulamento (EU) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de Julho de 2012, relativo aos derivados de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções, para ser reconhecida a nível europeu como contraparte central, tarefa que implica uma reestruturação dos meios humanos e operacionais e, ainda, a substancial aportação de recursos financeiros;
- » Continuar com a organização de Leilões de colocação de produção em regime especial para a zona portuguesa do MIBEL;
- » Aproveitar a experiência adquirida no âmbito do gás natural, de modo a permitir ao OMIP legítimas aspirações em ser uma entidade relevante no processo de liberalização do sector do gás natural na Península Ibérica.

Assim, o OMIP continuará a actuar com elevados padrões de eficiência e de inovação, procurando satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros e a exigência do sector de negócio em que se insere.

Em termos de cooperação internacional, o OMIP continuará a participar activamente nas actividades desenvolvidas pelos diversos organismos internacionais, dos quais é parte, com destaque para o EUROPEX – *Association of European Energy Exchanges*, onde o CEO do OMIP assume o cargo de Presidente da associação.

07

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade; considerando: (i) o número 2 do artigo 5º do Regulamento da CMVM n.º 4/2007, que preceitua não deverem ser distribuídos dividendos enquanto os fundos próprios não atingirem o dobro do capital social mínimo exigível às entidades gestoras, nem quando, por força dessa distribuição, ficarem abaixo desse limite; (ii) que os capitais próprios do OMIP a 31 de Dezembro de 2012 são de 4 825 334 EUR e (iii) que o capital social é de 2 500 000 EUR, deliberou propor que o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no valor positivo de 787 864 EUR, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal.....	78 786,41 EUR
Para Resultados Transitados.....	709 077,70 EUR

Lisboa, 20 de Março de 2013

O Conselho de Administração,

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Pedro Jesus Mejía Gómez

Abengoa, S.A.
Ana Raquel Díaz Vázquez

Gas Natural, SDG, S.A.
Rosa María Sanz García

E.ON España, S.L.
Javier Anzola Pérez

Iberdrola Generación, S.A.
Rodolfo Martínez Campillo

EDP – Energias de Portugal, S.A.
Carlos Manuel Sola Pereira da Mata

Parcaixa, SGPS, S.A.
Paulo Alexandre da Rocha Henriques

Endesa Generación Portugal, S.A.
Adolfo Javier de Rueda Villén

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara

08

ACCIONISTAS, ÓRGÃOS SOCIAIS,
COMITÉ DE ÉTICA E PARTICIPADA

8.1 Accionistas

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (50%)

OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A. (50%)

8.2 Órgãos Sociais (Triénio 2012 – 2014)

Mesa da Assembleia-Geral

Rafael Lapeña Galán Presidente
Pedro Filipe Raio Félix Secretário

Conselho de Administração

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto Presidente
Pedro Jesus Mejía Gómez Vice-presidente
Abengoa, S.A. (Ana Raquel Díaz Vázquez) Vogal
E.ON España, S.L. (Javier Anzola Pérez) Vogal
EDP – Energias de Portugal, S.A. (Carlos Manuel Sola Pereira da Mata) Vogal
Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén) Vogal
Gas Natural, SDG, S.A. (Rosa María Sanz García) Vogal
Iberdrola Generación, S.A. (Rodolfo Martínez Campillo) Vogal
Parcaixa, SGPS, S.A. (Paulo Alexandre da Rocha Henriques) Vogal
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara) Vogal

Pedro Filipe Raio Félix Secretário
Rafael Cayetano Ramos Gil Secretário Suplente

Órgão de Fiscalização/Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda. (SROC) Efectivo
José Manuel Henriques Bernardo (ROC) Suplente

Comissão de Remunerações

Vítor José Lilaia da Silva Presidente
Emilio Recoder de Casso Vogal
Juan Luis Lopez Cardenente Vogal
Pedro Cabral Nunes Vogal

8.3 Comité de Ética

João Luís Correia Duque Presidente
Angel Landa López de Ocariz Vogal
Ignasi Nieto Magaldi Vogal
João José Esteves Santana Vogal
António Sevilla Cervantes Vogal

8.4 Participada

OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A. - Participação de 100% no capital social de 3 000 000,00 EUR.

09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Balanço individual

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2012	31-12-2011
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	239.958	361.076
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	7	3.970.144	3.103.844
Activos por impostos diferidos	8	-	34.350
		4.210.102	3.499.270
Corrente			
Clientes		47.251	50.221
Estado e outros entes públicos	9	-	699
Outras contas a receber	10	279.455	1.232.796
Activos por impostos diferidos	8	-	40.565
Diferimentos		23.316	29.530
Caixa e depósitos bancários	4	1.075.345	164.208
		1.425.367	1.518.020
Total do activo		5.635.469	5.017.290
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	11	2.500.000	2.500.000
Prémio de emissão		1.193.711	1.193.711
Reservas legais	12	27.026	18.820
Resultados transitados		316.733	242.879
		4.037.470	3.955.411
Resultado líquido do período		787.864	82.059
Total do capital próprio		4.825.334	4.037.470
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	13	10.748	-
		10.748	0
Corrente			
Fornecedores	13	225.679	140.969
Adiantamentos de clientes		73.756	-
Estado e outros entes públicos	9	94.099	163.600
Financiamentos obtidos	13	20.621	54.447
Passivos por impostos diferidos	8	-	116.109
Outras contas a pagar	13	378.231	504.694
Diferimentos		7.001	-
		799.387	979.820
Total do passivo		810.135	979.820
Total do capital próprio e do passivo		5.635.469	5.017.290

Demonstração individual dos resultados

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2012	31-12-2011
Vendas e serviços prestados	14	1.715.088	2.065.440
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	866.300	50.399
Fornecimentos e serviços externos	15	(813.399)	(685.388)
Gastos com o pessoal	16	(1.248.868)	(999.645)
Outros rendimentos e ganhos	18	641.698	98.500
Outros gastos e perdas	17	(255.470)	(338.747)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		905.350	190.560
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		(132.242)	(79.558)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		773.108	111.002
Juros e rendimentos similares obtidos	19	21.433	1.722
Juros e gastos similares suportados	19	(7.300)	(4.358)
Resultados antes de impostos		787.241	108.366
Imposto sobre o rendimento do período	20	623	(26.307)
Resultado líquido do exercício		787.864	82.059

Demonstração das alterações dos capitais próprios

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital					Total
	Capital Social	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2011	2.500.000	1.193.711	17.247	228.718	15.735	3.955.411
Total do rendimento do período	-	-	-	-	82.059	82.059
Diminuição por investimento	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aumento por aplicação de resultados	-	-	1.574	14.161	(15.735)	-
A 31 de Dezembro de 2011	2.500.000	1.193.711	18.820	242.879	82.059	4.037.470

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital					Total
	Capital Social	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2012	2.500.000	1.193.711	18.820	242.879	82.059	4.037.470
Total do rendimento do período	-	-	-	-	787.864	787.864
Diminuição por investimento	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aumento por aplicação de resultados	-	-	8.206	73.853	(82.059)	-
A 31 de Dezembro de 2012	2.500.000	1.193.711	27.026	316.733	787.864	4.825.334

Demonstração dos fluxos de caixa

	Dezembro de 2012	Dezembro de 2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	2.532.381	1.573.258
Pagamentos a fornecedores	(1.021.343)	(1.105.062)
Pagamentos ao pessoal	(1.026.968)	(866.650)
Caixa gerada pelas operações	484.070	(398.454)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(20.158)	(10.335)
Outros recebimentos/pagamentos	455.223	(165.386)
Fluxos das actividades operacionais (1)	919.134	(574.175)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(580)	(70.966)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	50	
Juros e rendimentos similares	14.586	2.224
Fluxos das actividades de investimento (2)	14.056	(68.742)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(21.473)	(19.963)
Juros e gastos similares	(581)	(2.945)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(22.054)	(22.908)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	911.136	(665.825)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	164.208	830.033
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.075.345	164.208
DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES		
Numerário	1.339	641
Dep. bancários imediatam. mobilizáv. e equiv. a caixa	74.005	
Descobertos bancários		
Depósitos bancários	74.005	163.567
Depósitos a prazo	1.000.000	
Outras diponibilidades		
Diponibilidades constantes do Balanço	1.075.345	164.208

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1 Informação geral

O OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A., foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de Junho, do Ministro da Economia, tendo a respectiva escritura pública sido assinada em 16 de Junho de 2003.

A sociedade iniciou a sua actividade em 10 de Dezembro de 2003, tendo por objecto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transacções e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Electricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transacções padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema eléctrico.

Desde 18 de Outubro de 2011, o capital social do OMIP, passou a ser detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A..

O OMIP detém a totalidade do capital social da empresa, OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A., que tem como objecto social a compensação de operações a prazo, nomeadamente contratos de futuros e opções sobre electricidade.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho da administração, na reunião de 20 de Março 2013.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas à data de 1 de Janeiro de 2009.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas tendo adoptado o Euro como moeda de referência.

3 Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Participações financeiras - Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são reflectidos no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respectivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Equipamento de Transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas no final do ano para cada activo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objectivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os activos financeiros podem ser classificados como:

- a) Activos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os activos financeiro não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e activos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Activos financeiros disponíveis para venda – incluem os activos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transacção, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o activo.

Activos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transacção reconhecidos em resultados. Estes activos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de activos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("bid"). Se não existir um mercado activo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transacções recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de "cash-flows" descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como "Outras contas a receber". O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efectuado quando existe evidência objectiva de que a empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transacções que lhe deram origem.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.5. Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.6. Passivos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A partir do exercício de 2008, a empresa passou a ser integrada em sede de IRC no perímetro de consolidação fiscal do Grupo REN. Como consequência os movimentos relativos aos pagamentos por conta foram registados no balanço da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN) na rubrica "Imposto sobre o rendimento".

Em 2011, a empresa deixou de pertencer ao grupo fiscal da REN. Contudo, como a alienação por parte da REN de 55% das acções representativas do capital social do OMIP SGPS apenas teve lugar em 18 de Outubro de 2011, os pagamentos por conta foram registados no balanço da REN na rubrica "Imposto sobre o rendimento".

No exercício de 2012, os pagamentos por conta foram registados nas contas da empresa e serão deduzidos ao imposto a pagar.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: (i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou (ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: (i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e (ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.8. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais o OMIP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.9. Rédito

O rédito compreende o justo valor, recebido ou a receber, da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

As prestações de serviços são reconhecidas no período a que respeitam, tal como preconiza o princípio contabilístico da especialização do exercício.

3.10. Desvios tarifários

Uma vez que o sistema de normalização contabilística é omissivo relativamente às actividades reguladas e ao registo de desvios tarifários, o OMIP definiu a política para o reconhecimento e mensuração dos desvios tarifários conforme previsto na NCRF 4 – ‘Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros’ com referência ao normativo internacional SFAS 71 – *Rate regulated activities*. O SFAS 71 refere que: “uma entidade deve reconhecer: a) um activo regulatório pelo seu direito a recuperar custos específicos incorridos anteriormente e a obter um retorno específico; ou b) um passivo regulatório pela sua obrigação de devolver montantes recebidos anteriormente e pagar uma

remuneração específica, quando tem o direito a aumentar ou reduzir as tarifas futuras” consoante os mecanismos de recuperação instituídos pelo regulador.

Desta forma o OMIP estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo Regulamento Tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, os desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correcção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2). Excepcionalmente, o regulador definiu durante o exercício de 2010, que os ajustamentos referentes aos anos de 2009 e 2010, seriam apenas ajustados no ano 2012.

Como tal os desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, foram recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento Tarifário, isto é, 2012.

3.11. Especialização de exercícios

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos nas rubricas de Contas a Receber e Contas a pagar.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O OMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Caixa	1.339	641
Depósitos bancários	1.074.005	163.567
	<u>1.075.345</u>	<u>164.208</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 apresenta os seguintes valores:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Numerário		
- Caixa	1.339	641
	<u>1.339</u>	<u>641</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	74.005	163.567
- Depósitos a prazo	1.000.000	-
	<u>1.074.005</u>	<u>163.567</u>
	<u><u>1.075.345</u></u>	<u><u>164.208</u></u>

5 Activos fixos tangíveis

O movimento nos activos fixos tangíveis no período findo em 31 de Dezembro de 2011 reflectiu os valores dispostos na tabela seguinte:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2011

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Activos em Curso	Total
1 de Janeiro de 2011				
Custo de aquisição	100.000	1.517.195	129.425	1.746.620
Depreciações acumuladas	(14.583)	(1.439.832)	-	(1.454.416)
Valor líquido	85.417	77.363	129.425	292.204
31 de Dezembro de 2011				
Adições	130.000	24.705	45.725	200.430
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(60.000)	-	-	(60.000)
Depreciação - exercício	(34.167)	(45.391)	-	(79.558)
Depreciação - alienações	8.000	-	-	8.000
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-
Valor líquido	129.250	56.676	175.150	361.076
31 de Dezembro de 2011				
Custo de aquisição	170.000	1.541.900	175.150	1.887.050
Depreciações acumuladas	(40.750)	(1.485.224)	-	(1.525.974)
Valor líquido	129.250	56.676	175.150	361.076

Por sua vez, o movimento nos activos fixos tangíveis no período findo em 31 de Dezembro de 2012 apresentou os seguintes valores:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2012

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Activos em Curso	Total
1 de Janeiro de 2012				
Custo de aquisição	170.000	1.541.900	175.150	1.887.050
Depreciações acumuladas	(40.750)	(1.485.224)	-	(1.525.974)
Valor líquido	129.250	56.676	175.150	361.076
31 de Dezembro de 2012				
Adições	-	11.124	-	11.124
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	175.150	(175.150)	-
Depreciação - exercício	(42.792)	(89.451)	-	(132.242)
Depreciação - alienações	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-
Valor líquido	(42.792)	96.823	(175.150)	(121.118)
31 de Dezembro de 2012				
Custo de aquisição	170.000	1.728.174	-	1.898.174
Depreciações acumuladas	(83.542)	(1.574.674)	-	(1.658.216)
Valor líquido	86.458	153.500	-	239.958

6 Locações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2012, a empresa manteve os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2012		2011
	Custo	Depreciação/ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento de transporte	107.638	(64.583)	43.054
	107.638	(64.583)	43.054
			68.054

7 Participações financeiras

– Método de Equivalência Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2012 o investimento na empresa associada manteve-se inalterado, conforme se pode verificar na tabela seguinte:

	% detida	31-12-2012	31-12-2011
OMICLEAR	100,00%	3.000.000	3.000.000
Total		3.000.000	3.000.000

Representa-se seguidamente o detalhe relativo à empresa associada:

	31-12-2012	31-12-2011
	OMICLEAR	OMICLEAR
Activos		
Não correntes	63.794	321.319
Correntes	168.305.991	147.945.801
	<u>168.369.785</u>	<u>148.267.121</u>
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	164.399.641	145.163.277
	<u>164.399.641</u>	<u>145.163.277</u>
Capital Próprio	3.970.144	3.103.844
	<u>3.970.144</u>	<u>3.103.844</u>
Actividade no ano		
Rendimentos	2.891.077	1.499.079
Gastos	(2.024.776)	(1.448.680)
Resultado líquido	<u>866.300</u>	<u>50.399</u>
% participação detida	100%	100%
	866.300	50.399

A movimentação da participação financeira entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012 apresentou os seguintes detalhes:

	OMICLEAR
1 de Janeiro de 2011	3.053.444
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	50.399
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
31 de Dezembro de 2011	3.103.844
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	866.300
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
31 de Dezembro de 2012	3.970.144

8 Activos e passivos por Impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados foram representados pelos valores que se apresentam:

Impostos Diferidos Activos

	Desvios Tarifários	Prejuízo Fiscal	Total
A 1 de Janeiro de 2011	40.565	50.134	90.700
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	-	(15.785)	(15.785)
A 31 de Dezembro de 2011	40.565	34.350	74.915
	Desvios Tarifários	Prejuízo Fiscal	Total
A 1 de Janeiro de 2012	40.565	34.350	74.915
Período findo em 31 de Dezembro			
Reversão por resultados	(40.565)	(34.350)	(74.915)
Movimento do período	(40.565)	(34.350)	(74.915)
A 31 de Dezembro de 2012	0	0	0

Impostos Diferidos Passivos

	Desvios Tarifários
A 1 de Janeiro de 2011	116.109
Período findo em 31 de Dezembro	
Movimentos do período	-
A 31 de Dezembro de 2011	116.109
	Desvios Tarifários
A 1 de Janeiro de 2012	116.109
Período findo em 31 de Dezembro	
Movimentos do período	(116.109)
A 31 de Dezembro de 2012	-

9 Estado e outros entes públicos

A tabela seguinte apresenta o detalhe da rubrica “Estado e Outros entes públicos” no final do exercício de 2012:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/ rendimento	-	30.778	-	10.179
Retenção de impostos s/rendimento		29.413		34.377
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	18.120	-	85.624
Contribuições p/ segurança social	-	15.788	-	33.420
IVA noutros mercados	-	-	699	-
	0	94.099	699	163.600

Detalhe da rubrica de IRC

	2012	2011
Pagamentos por conta	4.931	
Retenções na fonte	4.862	343
Estimativa de IRC	(40.571)	(10.522)
Total	(30.778)	(10.179)

10 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe da rubrica de “Outras contas a receber” é o seguinte:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Adiantamentos ao Pessoal	3.737	3.737	-	-
Outros devedores				
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	6.500	6.500	-	-
OMIClear, S.A.	188.489	188.489	790.012	790.012
OMIP SGPS	33.756	33.756	4.582	4.582
Outros	519	519		
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimo de rendimento	46.454	46.454	438.148	438.148
Outras contas a receber	279.455	279.455	1.232.742	1.232.742

Conforme o disposto no Despacho n.º 17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da Energia e Inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, foram recuperados via tarifa em n+2 (ano de 2012) conforme preconizado no Regulamento Tarifário.

De notar que se apurou uma diferença entre o valor que o OMIP tinha contabilizado (a receber) e o valor que a ERSE publicou, em Dezembro de 2011, que iria pagar. Esse valor foi reconhecido como um custo do exercício de 2012, e contabilizado em Outros Custos Operacionais no valor de 30 536,18 EUR.

11 Capital social

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social do OMIP, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 250 000 acções com o valor nominal de 10 EUR cada.

12 Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, a empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Não obstante o acima exposto, o Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Mercado Regulamentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, prevê no n.º 3 do artigo 40.º, como regra prudencial relativamente à constituição de reserva legal, a obrigatoriedade de constituir anualmente uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados pela sociedade gestora de mercado regulamentado, salvo se já tiver sido atingido o valor do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2012 a reserva legal ascendia a 27 025,75 EUR.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

A decomposição da rubrica de Fornecedores e outras contas a pagar, em 31 de Dezembro de 2012 apresenta os seguintes dados:

	31-12-2012			31-12-2011	
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores	225.679	-	225.679	140.969	140.969
	225.679	-	225.679	140.969	140.969
Financiamentos					
Financiamentos obtidos	20.621	10.748	31.369	-	-
	20.621	10.748	31.369	-	-
Outros Credores					
Fornecedores investimento	-	-	-	56.678	56.678
REN, SGPS, S.A.	8.856	-	8.856	7.430	7.430
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	-	-	29.009	29.009
OMIP SGPS	3.496	-	3.496	-	-
OMIClear, S.A.	80.067	-	80.067	72.310	72.310
REN Armazengem, S.A.	53.325	-	53.325	53.325	53.325
RENTELECOM, S.A.	-	-	-	4.683	4.683
Outros	34.216	-	34.216	54.447	54.447
Credores por acréscimos de gastos					
Férias e Sub. Férias	148.055	-	148.055	102.303	102.303
Desvios Tarifários	-	-	-	153.076	153.076
Outros	50.216	-	50.216	25.880	25.880
Total	378.231	-	378.231	559.141	559.141

Conforme o disposto no Despacho n.º 17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da Energia e Inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, foram recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento Tarifário da ERSE, isto é, em 2012.

14 Vendas e Prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2012, os rendimentos com prestações de serviços apresentam a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Serviços prestados no âmbito do sector do Gás Natural	300.919	129.949
Serviços prestados no âmbito do sector da Electricidade	130.000	-
Serviços Sustent Sist Gestão	-	470.827
Comissões	1.203.775	1.103.338
Outros serviços	80.395	361.326
	1.715.088	2.065.440

Os “Serviços de Sustentação do Sistema Gestão” foram em 2012 registados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

15 Fornecimentos e serviços externos

Apresenta-se na tabela abaixo o detalhe dos custos incorridos com fornecimentos e serviços externos em 2011 e 2012:

	31-12-2012	31-12-2011
Custos com trabalhos especializados	560.393	377.580
Custos serviços comuns	-	82.357
Deslocações e estadas	37.565	81.224
Comunicação	14.287	21.316
Despesas de representação	86.132	43.543
Honorários	12.447	
Seminários e congressos	5.038	1.739
Condominio	8.612	-
Energia e fluidos	8.061	9.699
Materiais	32.526	15.857
Seguros	6.054	3.723
Rendas e alugueres	29.816	11.012
Conservação e reparação	2.937	33.630
Outros (inferiores a 5.000 EUR)	9.530	3.709
	813.399	685.388

A rubrica Custos com trabalhos especializados inclui essencialmente gastos com serviços de informática e fees de gestão.

Os custos comuns respeitam a montantes que foram imediatamente debitados pelo OMIP às restantes empresas do grupo e o custo que lhe ficou associado, foi directamente lançado na respectiva conta.

16 Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2012, a empresa assumiu os seguintes "Gastos com o pessoal":

	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações dos órgãos sociais	433.713	575.497
Remunerações do pessoal	632.076	300.209
Encargos s/ remunerações	165.773	111.823
Seguros de acid. Trab. Doenças profissionais	15.586	5.935
Custos de acção social	357	-
Outros custos	1.362	6.181
	1.248.868	999.645

A redução do custo com "Remunerações dos Órgãos Sociais" foi em parte compensada com o aumento do custo com as "Remunerações do Pessoal", por se ter verificado uma transferência de funções dentro da empresa. Não obstante o facto referenciado, as "Remunerações dos Órgãos Sociais" sofreram uma redução inferior à que seria expectável, porque a sociedade passou a ter um maior número de administradores remunerados no Conselho de Administração.

O número médio de trabalhadores em 2012 foi de 7 (2011:5).

17 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas pode ser desdobrada da seguinte forma:

	31-12-2012	31-12-2011
Impostos Indirectos	12.871	29.766
- Imposto sobre valor acrescentado	11.197	14.017
- Imposto de selo	396	20
- Taxas	373	15.159
- Outros	906	569
Correções relat exercicios anteriores	6.515	-
Quotizações	19.528	4.103
Insuf estim p/impostos	5.049	
Operações de mercado	179.388	304.706
Outros	32.119	172
	255.470	338.747

A rubrica Operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (*market makers*). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas do mercado. A variação registada resulta de renegociações de comissões ocorridas no exercício.

A rubrica "Quotizações" inclui os custos que a empresa assumiu durante 2012 por ser associada de entidades do sector, como a APE (Association of Power Exchanges) e o EUROPEX, entre outras.

Para além disso é de ressaltar que na rubrica "Outros" se inclui o custo assumido pela empresa pelo desvio mencionado na Nota 10, referente ao desvio verificado entre a contabilização dos valores a receber da tarifa e o que a ERSE considerou no documento "Tarifas 2012".

18 Outros rendimentos e ganhos

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Proveitos em imobilizações	130	19.000
Proveitos em correcções exercícios anteriores	21.619	58.781
Fees de gestão	583.667	-
Desempenho carg. Sociais noutras empresas	50	19.524
Outros proveitos	36.233	24
	<u>641.698</u>	<u>97.329</u>

A rubrica "Fees de Gestão" inclui os valores que foram debitados pelo OMIP às empresas do grupo, pelo facto de disponibilizar Recursos Humanos para serem afectados em trabalhos decorrentes da actividade dessas empresas. Os Fees de Gestão, acabam por ser uma rubrica que compensa os Custos com Pessoal verificados na empresa.

19 Gastos e rendimentos financeiros

Durante o ano de 2012, a empresa obteve um rendimento superior ao verificado em 2011, relativamente às aplicações financeiras. Nesta matéria, os rendimentos e gastos assumidos em 2011 e 2012 apresentaram as seguintes diferenças:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos depósitos à ordem	20.316	1.597
Diferenças câmbio favoráveis	1.117	124
Rendimentos de participações	-	-
	<u>21.433</u>	<u>1.722</u>
Juros e gastos similares		
Diferenças câmbio desfavoráveis	(5.510)	(1.363)
Juros contrato leasing	(1.299)	(2.303)
Juros de acordos	(448)	
Serviços bancários	(5)	(687)
Outros	(38)	(5)
	<u>-7.300</u>	<u>-4.358</u>
	<u>14.133</u>	<u>(2.636)</u>

20 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Imposto s/ rendimento corrente	40.571	10.522
Imposto s/ rendimento diferido	(41.194)	15.785
Total	<u>(623)</u>	<u>26.307</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi de 26,5% (2011: 26,5%).

A conciliação do montante de imposto do exercício foi como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Resultado antes de Imposto	787.241	108.366
Taxa de Imposto	26,5%	26,5%
	208.619	28.717
Custos não dedutíveis	307.715	5.172
Rendimentos não tributáveis	(875.243)	(50.399)
Tributação autónoma	14.077	9.575
	(344.831)	(6.936)
Imposto s/ rendimento corrente	40.571	10.522
Imposto s/ rendimento diferido	(41.194)	15.785
Imposto s/ rendimento	(623)	26.307
Taxa efectiva de imposto	-0,08%	24,28%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras manteve-se inalterada:

	31-12-2012	31-12-2011
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	26,50%	26,50%

21 Transacções com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012, o OMIP era detido em 50% pelo OMIP SGPS e em 50% pelo OMEL. A lista das entidades relacionadas é a seguinte:

Entidades relacionadas

Empresas do Grupo

- OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA
- OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia, Pólo Español, SA
- OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, SGCCCC, S.A.
- OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, SGCCCC, S.A., Sucursal en España
- OMI - Pólo Español, S.A.

Outras Partes Relacionadas

- REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
- REN – Rede Electrica Nacional, S.A.
- REN Gasodutos, SA
- REN Serviços, SA
- Banco Espírito Santo, S.A.
- Caixa Geral de Depósitos
- Banco Comercial Português, S.A.

Durante o exercício, a Empresa efectuou as seguintes transacções com aquelas partes relacionadas:

21.1. Rendimentos – Empresas relacionadas

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Prestação de Serviços		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	138.000	60.000
REN - Gasodutos, S.A	370.130	30.000
OMIP SGPS	147.496	
OMICLEAR, S.A	394.106	470.827
	<u>1.049.733</u>	<u>560.827</u>

21.2. Gastos – Empresas relacionadas

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Compras de Serviços		
OMICLEAR, S.A	127.556	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	49.511
REN Armazenagem, S.A	-	19.646
RENTELCOM - Comunicações, S.A	-	5.363
REN Serviços, S.A	6.495	13.080
	<u>134.051</u>	<u>87.600</u>

21.3. Remuneração do Conselho de Administração

Durante o período findo em 31 de Dezembro 2012, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Orgãos Sociais		
Salários e outros benefícios de curto prazo	433.713	575.497
	<u>433.713</u>	<u>575.497</u>

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2012, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são:

21.4. Saldos com partes relacionadas

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Cientes e outras contas a receber		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	43.611	-
OMIP SGPS	33.756	4.582
OMICLEAR, S.A	187.614	790.012
	<u>264.981</u>	<u>794.594</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A	(8.856)	(7.430)
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	(29.009)
RENTELECOM - Comunicações, S.A	-	(4.683)
REN SERVIÇOS, S.A.	-	(10.824)
REN Armazenagem, S.A	(53.325)	(53.325)
OMIP SGPS	(3.496)	
OMICLEAR, S.A	(80.067)	(72.310)
	<u>(145.743)</u>	<u>(177.581)</u>

22. Contingências

À data de 31 de Dezembro de 2012 não existe conhecimento de qualquer contingência ou compromisso assumido.

23. Eventos Subsequentes

Não se verificaram factos relevantes após a data do balanço.

Lisboa, 20 de Março de 2013

O Técnico de contas, nº 30375,

Maria Teresa Rodrigues Martins

O Conselho de Administração,

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Pedro Jesus Mejía Gómez

Abengoa, S.A.
Ana Raquel Díaz Vázquez

E.ON España, S.L.
Javier Anzola Pérez

EDP – Energias de Portugal, S.A.
Carlos Manuel Sola Pereira da Mata

Endesa Generación Portugal, S.A.
Adolfo Javier de Rueda Villén

Gas Natural, SDG, S.A.
Rosa María Sanz García

Iberdrola Generación, S.A.
Rodolfo Martínez Campillo

Parcaixa, SGPS, S.A.
Paulo Alexandre da Rocha Henriques

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara



OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.
Av. Casal Ribeiro, n.º 14 – 8.º // 1000-092 Lisboa - Portugal
www.omip.eu // omip@omip.pt
Tel: +351 21 000 6000 // Fax: +351 21 000 6001